

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. José de Souza Campos, 507 -
5º andar Cambuí, Campinas (SP) Brasil

T +55 19 2042-1036

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.
Cotia – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, sem modificação, em 16 de abril de 2021. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, como previsto pelos pronunciamentos técnicos NBC TG 23 (R-1)23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e NBC TG 26 (R-4) – Apresentação das demonstrações contábeis, emitidos, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assegurar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de agosto de 2022



José Eduardo Moreira Rocha
CT CRC 1SP-329.826/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.202	47.089
Contas a receber	6	124.417	114.733
Estoques	8	180.769	47.942
Impostos a recuperar	9	91	1.456
Outros ativos		11.017	2.876
Total do ativo circulante		<u>361.496</u>	<u>214.096</u>
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5	17.265	6.393
Partes relacionadas	7	-	16.124
Impostos a recuperar	9	43.702	29.733
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	29.636	23.272
Outros ativos		259	702
Propriedade para investimento	10	81.963	77.567
Imobilizado	11	170.545	154.972
Intangível	12	4.778	3.868
Direito de uso	13	5.116	-
Total do ativo não circulante		<u>353.264</u>	<u>312.631</u>
Total do ativo		<u>714.760</u>	<u>526.727</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Passivo circulante			
Fornecedores	14	133.932	45.866
Empréstimos e financiamentos	15	235.689	128.995
Adiantamento de clientes	17	118.099	58.362
Instrumentos financeiros		2.499	1.197
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		7.721	2.491
Obrigações tributárias	16	2.587	642
Passivo de arrendamento	13	2.326	-
Outras contas a pagar		16.754	4.763
Total do passivo circulante		<u>519.607</u>	<u>242.316</u>
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	13	2.790	-
Empréstimos e financiamentos	15	33.623	92.469
Partes relacionadas	7	68.896	100.303
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	1.402	1.927
Total do passivo não circulante		<u>106.711</u>	<u>194.699</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19	70.000	70.000
Reserva de lucros		19.430	19.712
Outros resultados abrangentes		(988)	-
Total do patrimônio líquido		<u>88.442</u>	<u>89.712</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>714.760</u>	<u>526.727</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Receita	20	700.634	330.382
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(554.272)</u>	<u>(255.982)</u>
Lucro bruto		<u>146.362</u>	<u>74.400</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	21	(94.052)	(24.470)
Despesas gerais e administrativas	21	(33.388)	(24.965)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	21	<u>5.062</u>	<u>28.339</u>
		<u>(122.378)</u>	<u>(21.096)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>23.984</u>	<u>53.304</u>
Receitas financeiras	-	41.164	34.336
Despesas financeiras	-	(61.557)	(31.236)
Variação cambial	-	(8.129)	(8.784)
Resultado financeiro	22	<u>(28.522)</u>	<u>(5.684)</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(4.538)</u>	<u>47.620</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	23	(2.108)	(1.442)
Diferidos	23	6.364	(11.546)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>(282)</u>	<u>34.632</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
		(Reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício	(282)	34.632
Outros resultados abrangentes	(988)	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(1.270)</u>	<u>34.632</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Reserva de lucros					Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva legal	Reserva para reinvestimentos	Reserva especial para dividendos não distribuídos	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2019							
(Reapresentado)	70.000	2.464	5.547	2.078	-	(25.010)	55.079
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	34.632	34.632
Constituição de reservas		481	9.142			(9.622)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	70.000	2.945	14.689	2.078	-	-	89.711
(Reapresentado)							
Hedge de preço	-	-	-	-	(988)		(988)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(282)	(282)
Absorção de prejuízos			(282)			282	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.000	2.945	14.407	2.078	(988)	-	88.441

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota s	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(4.538)	47.620
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	21	11.636	8.587
Baixa de ativos imobilizados	11	1.971	2.908
Baixa de ativos intangíveis	12	-	3.201
Baixa de propriedades para investimento		817	65
Provisão para perdas de créditos esperadas	21	(6.036)	(40.175)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	(350)	351
Rendimentos de aplicação financeira	22	(2.141)	(589)
Instrumentos financeiros - derivativos		1.302	1.083
Perda por clientes incobráveis		5.784	8.296
Juros incorridos em negociação com imóveis	22	-	(10.475)
Ajuste a valor presente		1.851	1.181
Provisão para comissões a pagar		35.321	14.814
Juros sobre empréstimos e financiamentos	22	25.588	18.969
Valor justo propriedade para investimento		(5.213)	(28.543)
		65.992	27.293
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes	6	(11.282)	(11.449)
Contas a receber de partes relacionadas	7	16.124	(2.799)
Estoques	8	(132.827)	(23.564)
Impostos a recuperar	9	(18.968)	(3.149)
Outros ativos		(10.396)	(890)
Redução (aumento) nos passivos:			
Fornecedores	14	88.066	3.611
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		5.230	(1.027)
Obrigações tributárias		1.945	(959)
Adiantamentos de clientes		59.737	50.855
Contas a pagar a partes relacionadas	7	(31.407)	37.010
Outros passivos		(19.960)	(15.681)
		(53.738)	31.958
Caixa gerado pelas operações			
		12.254	59.251
Juros sobre financiamentos pagos	15	(20.372)	(17.367)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
		(8.118)	41.884
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos imobilizados		(28.437)	(20.892)
Aquisição de intangível		(1.653)	(573)
Aplicações financeiras	5	(8.731)	(5.804)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
		(38.821)	(27.269)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	15	133.241	146.952
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(88.189)	(184.934)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos			
		45.052	(37.982)
Redução de caixa e equivalentes de caixa			
		(1.887)	(23.367)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		47.089	70.456
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		45.202	47.089

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (“Companhia”) fundada no dia 15 de junho de 1998 é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede na Estrada São Pedro, 685, em Mandaguari, Estado do Paraná, e tem por objeto social preponderante a fabricação de adubos e fertilizantes. Em 2019, a Companhia realizou a alteração da razão social da, até então denominada, Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A, para Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A com a finalidade de consolidação da marca Superbac.

A Companhia é controlada pela Superbac Biotechnology Solutions S.A.e opera no mercado de fertilizantes de alta performance sendo a principal plataforma para o desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor agrícola, visando proporcionar maior resistência para as culturas, aumento na produtividade da colheita, maior rentabilidade para os produtores rurais e sustentabilidade para o planeta.

A Companhia modernizou o seu complexo industrial e desenvolveu um processo produtivo inovador para o setor de fertilizantes, com o emprego tecnologias avançadas nos processos de fabricação, integrados a um sistema de automação e controle industrial. Estes investimentos resultam em uma entrega de fertilizantes de alta qualidade no campo, desde a plantadeira até a colheita. A incorporação da tecnologia no processo produtivo potencializa os benefícios do fertilizante e atua como um catalizador de nutrição para o solo.

Em 2018, a Companhia concluiu o investimento no CPBAC, laboratório com equipamentos de última geração, e reestruturou todo o seu time de pesquisa e desenvolvimento para manter o compromisso de desenvolver e trabalhar com as mais modernas tecnologias e potencializá-las para suprir a necessidade das lavouras e de seus clientes.

As demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 24 de agosto de 2022.

Impacto do Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras das companhias.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foi observado mudança relevante no mix e nos volumes dos produtos vendidos e também nenhum comprometimento material das receitas e margens. A Companhia não observa aumento no risco de crédito de seus clientes nesse momento, bem como mantém os recursos financeiros aplicados em instituições de primeira linha. Além disso, nenhuma mudança relevante na estrutura financeira e operacional foi efetuada em decorrência desse assunto.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, que os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Financeiras (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas financeiras a seguir.

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas financeiras. As estimativas financeiras envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão detalhados na nota explicativa nº 3.

2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os registros financeiros inclusos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda principal do ambiente econômico ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2. Principais políticas financeiras

A Companhia aplicou as políticas financeiras descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.2.1. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.2.2 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de relatório.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas para as circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de relatório.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

2.2.3. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens ou serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para a entidade quando os critérios específicos forem atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia aplica o modelo do CPC 47 para mensurar e contabilizar a receitas de contratos com clientes, a qual estabelece o reconhecimento da receita em um valor que reflita a contraprestação esperada pela Companhia em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. O modelo é baseado em cinco etapas.

A receita operacional é reconhecida quando todas as condições a seguir forem atendidas:

- Identificação do contrato de venda ou prestação de serviços;
- Identificação das obrigações de desempenho.
- Determinação do valor de contrato;
- Determinação do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho inclusas no contrato; e
- Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou quando as obrigações de desempenho forem satisfeitas.

O reconhecimento da receita ocorre quando ou à medida que a Companhia cumpre uma obrigação de desempenho que consiste em transferir os riscos e benefícios significativos ao transferir o bem ou serviço ao cliente.

Venda de bens

A receita de venda de fertilizantes e outros produtos é mensurada pelo valor da contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens. É reconhecido quando o controle da mercadoria é transferido para o cliente, geralmente na entrega física do produto no local acordado com o cliente.

A Companhia determina o preço de venda analisando o custo de produção e agregando uma margem de lucro estratégica. Uma tabela de preços é elaborada, monitorada e atualizada regularmente.

Prestação de serviços

Quando o resultado de uma transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimada com segurança. A receita associada à transação é reconhecida na conclusão da transação no final do período de relatório.

A obrigação de desempenho é satisfeita e o pagamento ocorre após a conclusão da prestação de serviço pela Companhia.

O resultado de uma transação pode ser estimado de forma confiável quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- i) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- ii) É provável que os benefícios econômicos associados à transação serão transferidos para a entidade;
- iii) A conclusão da transação no final do período de divulgação pode ser mensurada com confiabilidade; e
- iv) Os custos incorridos na transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.2.4. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Tributos correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes ao exercício corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias utilizando as alíquotas fiscais que estejam promulgadas no fim do período de relatório e geram lucro tributável.

A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real trimestral.

A tributação na forma de lucro real trimestral compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 60 no período de cada trimestre, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas fiscais promulgadas na data de relatório.

A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O saldo dos tributos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Imposto sobre vendas

As despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incorrido em uma compra de ativos ou serviços não é recuperável, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso
- Quando as contas a receber e a pagar são apresentadas com o valor do imposto sobre vendas incluso.

O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal é incluso como parte das contas a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.2.5. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional (Real brasileiro), são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio vigentes na data de relatório. Itens não monetários em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado.

Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

2.2.6. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros) deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumulados, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Depreciação

As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.7. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte.

Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja). Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento. A Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de mudança de uso.

2.2.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados quando a Companhia consegue demonstrar:

- A viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Sua intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- A forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- A capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas por *impairment*. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para *impairment*.

2.2.9. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i) **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de relatório.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período.

Desreconhecimento

A Companhia baixa um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu a obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos integralmente sem atraso significativo a terceiros sob um acordo de 'repasse'; e ou **(a)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou **(b)** a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 06 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está inadimplente quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de *hedge* designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros.

Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado.

O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores financeiros é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos são contabilizados pelo FVTPL, exceto os derivativos designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa, que requerem tratamento contábil específico. Para se qualificar para contabilidade de *hedge*, a relação de *hedge* deve atender a todos os seguintes requisitos:

- Existe uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*
- O efeito do risco de crédito não domina as mudanças de valor que resultam dessa relação econômica, e
- A proporção de cobertura da relação de *hedge* é a mesma que resulta da quantidade do item protegido que a entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade de item coberto.

Para os períodos do relatório em análise, a Companhia designou certos contratos de câmbio a prazo como instrumentos de *hedge*, objetivando realizar o *hedge* de fluxo de caixa. Esses acordos foram firmados para mitigar o risco cambial decorrente de certas operações de compra de matéria-prima e financiamento de máquinas denominadas em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos utilizados para contabilização de *hedge* são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e reportados posteriormente pelo valor justo no balanço patrimonial.

Na medida em que o *hedge* for efetivo, as variações no valor justo dos derivativos designados como instrumentos de *hedge* em *hedges* de fluxo de caixa são reconhecidos em outros resultados abrangentes e incluídas na reserva de *hedge* de fluxo de caixa no patrimônio líquido. Qualquer ineficácia na relação de *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteção de riscos relacionados a moedas estrangeiras e não são de natureza especulativa. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia são compostos, em sua maioria, por contratos *non-deliverable forward* (NDF).

Até o período findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não adotava a política de *hedge*, portanto as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos eram reconhecidas imediatamente no resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

No exercício de 2021, a Companhia adotou a política de contabilidade de *hedge* e sua parcela efetiva passou a ser reconhecida em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24, Instrumentos Financeiros.

2.2.10. Estoques

Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semiacabados, material para embalagem, produto acabado e itens de consumo. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais.

2.2.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("*impairment*").

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data.

2.2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.2.13. Provisões

Geral

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for possivelmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre contas a pagar, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica "Despesas financeiras".

2.2.15. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração as performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante.

2.2.16. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais.

Eventualmente a Companhia opera com operações de Cessão de crédito de fornecedores, onde posterga o pagamento de suas notas fiscais em um curto prazo, porém otimiza o seu fluxo de caixa.

2.2.17. Novas normas e interpretações em políticas financeiras

Determinadas novas normas e interpretações financeiras foram publicadas, mas não são obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas tenham impacto material sobre a Companhia no período corrente ou nas futuras demonstrações financeiras.

2.3. Ajustes efetuados nas demonstrações financeiras comparativas

A Administração da Companhia realizou a reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido) em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinados ajustes financeiros identificados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que se referem substancialmente a revisão do cálculo do valor justo da Fazenda Branca e do cálculo de Provisão para perdas de crédito esperadas, além dos respectivos impactos tributários. Além disso, a Companhia procedeu com a reclassificação de algumas contas financeiras para melhor apresentação e comparabilidade com o período corrente.

As citadas reapresentações estão sendo efetuadas como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas financeiras, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas financeiras adotadas no Brasil. O efeito dos ajustes sobre as demonstrações financeiras comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, é conforme segue:

Balanço patrimonial

	Originalmente publicado	Reclassificação/ Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	47.089	-	47.089
Instrumentos financeiros	166	(166)	-
Contas a receber	119.623	(4.890)	114.733
Estoques	35.939	12.003	47.942
Impostos a recuperar	21.327	(19.871)	1.456
Outros ativos	4.319	(1.444)	2.875
Total do ativo circulante	228.463	(14.367)	214.096
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	6.393	-	6.393
Partes relacionadas	16.124	-	16.124
Impostos a recuperar	9.862	19.871	29.733
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.315	(8.043)	23.272
Outros ativos	701	1	702
Propriedade para investimento	49.025	28.542	77.567
Imobilizado	154.972	-	154.972
Intangível	3.868	1	3.869
Total do ativo não circulante	272.260	40.372	312.632
Total do ativo	500.723	26.004	526.727

	Originalmente publicado	Reclassificação/ Ajustes	Reapresentado
Passivo circulante			
Fornecedores	39.437	6.429	45.866
Empréstimos e financiamentos	128.995	-	128.995
Adiantamento de clientes	58.362	-	58.362
Instrumentos financeiros	1.363	(166)	1.197
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.491	-	2.491
Obrigações tributárias	642	-	642
Provisão para comissões a pagar	549	(549)	-
Outras contas a pagar	84	4.679	4.763
Total do passivo circulante	231.923	10.393	242.316
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	92.469	-	92.469
Partes relacionadas	100.303	-	100.303
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.927	-	1.927
Total do passivo não circulante	194.699	-	194.699
Patrimônio líquido			
Capital social	70.000	-	70.000
Reserva de lucros	10.088	9.624	19.712
Prejuízos acumulados	(5.987)	5.987	-
Total do patrimônio líquido	74.101	15.611	89.712
Total do passivo e patrimônio líquido	500.723	26.004	526.727

Demonstração do resultado do exercício

	Originalmente publicado	Reclassificação/ Ajustes	Reapresentado
Receita	330.382	-	330.382
Custo dos produtos vendidos	(255.982)	-	(255.982)
Lucro bruto	74.400	-	74.400
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(21.704)	(2.766)	(24.470)
Despesas gerais e administrativas	(24.965)	-	(24.965)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	(204)	28.543	28.339
Lucro antes do resultado financeiro	27.527	25.777	53.304
Resultado financeiro	(5.684)	-	(5.684)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	21.843	25.777	47.620
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	(1.441)	(956)	(2.397)
Diferidos	(2.781)	(7.810)	(10.591)
Lucro do exercício	17.621	17.011	34.632

Demonstração do resultado abrangente

	Originalmente publicado	Reclassificação/ Ajustes	Reapresentado
Lucro do exercício	17.621	17.011	34.632
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	17.621	17.011	34.632

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva para reinvestimentos	Reserva para dividendos não distribuídos	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019						
(Reapresentado)	70.000	2.464	5.547	2.078	(25.010)	55.079
Lucro líquido do exercício					17.621	17.621
Saldos em 31 de dezembro de 2020						
(Originalmente publicado)	70.000	2.464	5.547	2.078	(5.987)	74.102
Prejuízo do exercício					(282)	(282)
Ajuste de anos anteriores					15.892	15.892
Constituição de reservas		481	9.142		(9.622)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020						
(Reapresentado)	70.000	2.945	14.689	2.078	-	89.712

Demonstração dos fluxos de caixa

	Publicado	Reclassificação/ Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	21.843	25.777	47.620
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	8.915	(328)	8.587
Baixa de ativos imobilizados	4.766	(1.858)	2.908
Baixa de ativos intangíveis	-	3.201	3.201
Baixa de propriedades para investimento	-	65	65
Provisão para perdas de créditos esperadas	(42.941)	2.766	(40.175)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	351	-	351
Rendimentos de aplicação financeira	(589)	-	(589)
Instrumentos financeiros - derivativos	1.083	-	1.083
Perda por clientes incobráveis	8.296	-	8.296
Juros incorridos em negociação com imóveis	(10.475)	-	(10.475)
Ajuste a valor presente	20.696	(19.515)	1.181
Provisão para comissões a pagar	-	14.814	14.814
Juros sobre empréstimos e financiamentos	18.969	-	18.969
Valor justo propriedade para investimento	-	(28.543)	(28.543)
Total	30.914	(3.686)	20.327
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes	14.938	(26.387)	(11.449)
Contas a receber de partes relacionadas	(2.799)	-	(2.799)
Estoques	(11.561)	(12.003)	(23.564)
Impostos a recuperar	(1.535)	(1.614)	(3.149)
Outros ativos	(48.306)	47.416	(890)
Redução (aumento) nos passivos:			
Fornecedores	(2.818)	6.429	3.611
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(1.027)	-	(1.027)
Obrigações tributárias	(1.850)	891	(959)
Adiantamentos de clientes	50.855	-	50.855
Contas a pagar a partes relacionadas	37.010	-	37.010
Comissões a pagar	330	(330)	-
Outros passivos	(5.326)	(10.355)	(15.681)
Total	27.911	4.047	31.958
Caixa gerado pelas operações	58.825	361	59.186
Juros sobre financiamentos pagos	(17.367)	-	(17.367)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	41.458	361	41.819
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos imobilizados	(20.450)	(442)	(20.892)
Aquisição de intangível	-	(573)	(573)
Aplicações financeiras	(6.393)	589	(5.804)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(26.843)	(426)	(27.269)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			

	Publicado	Reclassificação/ Ajustes	Reapresentado
Captação de empréstimos e financiamentos	146.952	-	146.952
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(184.934)	-	(184.934)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(37.982)	-	(37.982)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(23.367)	(65)	(23.432)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70.456	-	70.456
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	47.089	-	47.089

3. Julgamentos, estimativas e premissas financeiras significativas

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como aquelas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são divulgadas a seguir:

a) Perda de valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os *inputs* considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível.

Nas situações em que esses *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão inclusas na nota explicativa de instrumentos financeiros.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Provisão para perda de crédito esperadas

As provisões para perdas de ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base nas estimativas futuras ao final de cada exercício, no histórico da Companhia e nas condições existentes de mercado. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na nota explicativa de contas a receber.

e) Tributos

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota Explicativa nº 23.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Banco conta movimento	30.602	23.684
Aplicações financeiras:		
Compromissos (a)	3.032	18.105
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	8.736	5.158
Fundos de investimento (c)	2.832	142
Total	45.202	47.089

- (a) Aplicações financeiras realizadas na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com remuneração anual de 65% a 114% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário e liquidez imediata (de 65% a 80% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- (b) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço. A Companhia mantém em carteira de investimento em Certificados de Depósito bancário, com baixo risco, e rentabilidade de juros indexados ao CDI que em 2021 renderam entre 5% a 100% (entre 97% a 100% em 2020).
- (c) Fundos de investimentos são mantidos em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço. São mantidos em carteira de investimento com rentabilidade de 100% do CDI.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco, podendo estar sujeitas a mudança de valor, conforme tipo de ativo.

	2021	2020
Aplicação em cotas (a)	17.265	6.393
Total	17.265	6.393

- (a) Aplicação realizada em cotas na modalidade de renda fixa de baixo risco e mensuradas pelo custo amortizado com a remuneração anual de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (100% em 31 de dezembro de 2020 do CDI) e sem liquidez imediata. Estes investimentos são utilizados como garantia para obrigações financeiras.

6. Contas a receber

a) Composição

	2021	2020
Cientes nacionais	164.103	158.605
Ajuste a valor presente (*)	(9.110)	(7.259)
Provisão para perdas de créditos esperadas	(30.576)	(36.613)
Total	124.417	114.733

(*) Valor presente calculado com base na taxa mensal de 1,55% em 2021 e 1,35% em 2020 cobrada pela Companhia aos seus clientes.

b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento

	2021	2020
A vencer	136.030	123.507
Vencidos:		
Até 30 dias	-	994
De 31 a 90 dias	89	175
De 91 a 180 dias	1.791	2.815
De 181 a 360 dias	110	2.801
Acima de 360 dias	26.083	28.313
Total	164.103	158.605

c) Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(74.664)
Constituição	(7.770)
Perda por clientes incobráveis	8.296
Reversão PCLD José Pupin (i)	37.525
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(36.613)
Reversão/ recebimento do exercício	6.037
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(30.576)

(i) Em junho de 2020, a controlada da Companhia Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. finalizou as negociações do saldo credor de cliente, no montante de R\$ 37.525, saldo este que estava alocado integralmente como provisão para perdas de créditos esperadas e foi baixado mediante a formalização do acordo de negociação (vide Nota Explicativa nº 21).

Como quitação do saldo credor, a Companhia recebeu, em forma de pagamento, o imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada, por contratado independente, ao montante de R\$ 48.000 (vide Nota Explicativa nº 10), sendo R\$ 37.525 referente ao saldo credor e R\$ 10.475 referente a correção monetária (vide Nota Explicativa nº 22).

7. Saldo e transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Balço patrimonial	Agro	
	2021	2020
Contas a receber - não circulante		
Superbac Biotechnology (a)	-	2.800
Bio Genesis Participações S.A. (b)	-	13.324
Total	-	16.124
Contas a pagar - não circulante		
Superbac Biotechnology (c)	68.896	100.303
Total	68.896	100.303

Transações que afetam o resultado	Agro	
	2021	2020
Vendas de produtos		
Bio Green Planet Inc.	-	513
Total	-	513
Despesas financeiras e administrativas		
SB Participações e acionistas pessoa física	-	384
Total	-	-

- (a) Em 2020, a Companhia emitiu nota de crédito, no valor de R\$2.8 milhões, contra Superbac Biotechnology referente ao repasse de valor de ganho de capital obtido pela controladora na alienação da SARUP Participações. Este saldo foi compensado com operações intercompany.
- (b) Refere-se a venda de produtos para empresas Bio Genesis, as quais foram compensadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes.
- (c) Refere-se a compra de matéria prima da controladora Superbac, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes, além de rateio de despesas realizado entre as companhias do grupo, principalmente relacionado à serviços de pesquisa e desenvolvimento e contratos mútuos no montante de R\$ 28.907 (R\$ 41.284 em 2020) atualizado pela taxa de 5,4% a.a + variação da taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário com vencimento previsto para dezembro de 2023.

Remuneração da administração

Durante o exercício de 2021, a remuneração total dos membros da diretoria, incluindo todas as modalidades de remuneração, foi de R\$2.816 (R\$1.611 em 2020), registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

8. Estoques

	2021	2020
Matéria-prima	117.847	31.731
Produtos em processo	16.272	2.858
Embalagens	2.043	1.302
Produto acabado	8.780	5.155
Material de consumo	9.132	5.451
Adiantamentos a fornecedores	26.695	1.445
Total	180.769	47.942

Os saldos de estoques são apresentados ao custo ou ao seu valor realizável líquido, dos dois, o menor.

A Administração estima que a realização dos estoques ocorra em prazo inferior a um ano, por isso o saldo se encontra registrado no ativo circulante. Assim como não provisiona perdas por obsolescência e/ou avarias por entender que os produtos não perdem a validade e o giro dos estoques é alto.

9. Impostos a recuperar

	Agro	
	2021	2020
PIS e Cofins (a)	34.957	22.645
IRPJ e CSLL antecipação (b)	7.523	7.523
IRRF sobre aplicação financeira	1.313	1.021
Total	43.793	31.189
Circulante	91	1.456
Não circulante	43.702	29.733

(a) Os créditos de PIS e Cofins são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais.

(b) O saldo de IRPJ e CSLL antecipados refere-se a valores antecipados sobre lucros tributáveis estimados em exercícios anteriores.

10. Propriedade para investimento

	2021	2020
Outros	-	40
Propriedades rurais	81.963	77.527
Total	81.963	77.567

Movimentação dos imóveis destinados a venda é conforme demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.063
Valor Justo	28.543
Adições	48.026
Baixas	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	77.567
Valor Justo	5.213
Baixas	(817)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.963

A Companhia mantém os ativos descritos acima como propriedades para investimento principalmente para fins de valorização do capital. O valor justo, menos os custos para vender o negócio, são maiores que os valores financeiros dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda. Dessa forma, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ou 2020.

Em junho de 2020 a Companhia recebeu, como forma de pagamento de saldo credor do cliente José Pupin, a posse do imóvel denominado Fazenda Branca, avaliada no valor de R\$ 48.026.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo foi atualizado em R\$ 28.543 (total de R\$ 76.569). Ressalta-se que este imóvel é dado como garantia de um empréstimo obtido junto ao banco Tricury.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor justo foi atualizado em R\$ 5.213 (total de R\$ 81.782).

A propriedade está localizada no município de Tangara da Serra / MT e está à disposição da Companhia para futuras negociações. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 6, referente a Contas a Receber – item c, (i).

11. Imobilizado

	Taxas anuais	2021							
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferência	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	4.801	-	4.801	-	-	-	-	4.801
Edifícios	4%	63.255	(3.241)	60.014	149	-	14.457	(1.370)	73.250
Máquinas e equipamentos	12%	57.786	(11.573)	46.213	4.780	(619)	7.061	(8.551)	48.884
Veículos	20%	2.946	(1.958)	988	439	(442)	-	(276)	709
Móveis e utensílios	12%	1.048	(318)	730	49	(4)	208	(153)	830
Instalações	10%	2.744	(284)	2.460	735	(854)	790	(307)	2.824
Equip. de informática	20%	1.380	(665)	715	18	(8)	-	(212)	513
Imobilizado em andam.	-	39.046	-	39.046	22.169	(22)	(22.516)	-	38.677
Outros	-	835	(830)	5	98	(22)	-	(24)	57
Total		173.841	(18.869)	154.972	28.437	(1.971)	-	(10.893)	170.545

	Taxas anuais	2020							
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferência	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	4.801	-	4.801	-	-	-	-	4.801
Edifícios	4%	62.089	(774)	61.315	-	-	1.166	(2.467)	60.014
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	4%	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	12%	43.694	(6.327)	37.367	1.471	(918)	13.539	(5.246)	46.213
Veículos	20%	2.880	(1.435)	1.445	34	-	32	(523)	988
Móveis e utensílios	12%	942	(197)	745	84	-	22	(121)	730
Instalações	10%	1.139	(163)	976	238	(55)	1.422	(121)	2.460
Equip. de informática	20%	1.506	(665)	841	56	(328)	146	-	715
Imobilizado em andam.	-	33.758	-	33.758	19.004	(1.607)	(12.109)	-	39.046
Outros	-	5.048	(803)	4.245	5	-	(4.218)	(27)	5
Total		155.857	(10.364)	145.493	20.892	(2.908)	-	(8.505)	154.972

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Companhia faz anualmente manutenção preventiva sendo seus ativos e unidades geradoras de caixa mantidos com valor de uso, já que é o maior em relação ao valor de venda.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indícios de *impairment*.

Garantia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia para operações financeiras. Tais itens incluem as instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, e Fazenda Experimental.

	2021	2020
Veículos	1.592	814
Máquinas e equipamentos	4.784	5.504
Hipoteca (Fábrica 1, Fazenda experimental e CPBAC)	8.583	9.277
Total	14.959	15.595

12. Intangível

	Taxas anuais	2021			Líquido
		Líquido	Aquisição	Amortização	
Pesquisa e desenvolvimento	-	3.561	1.575	(661)	4.475
Software	20%	307	78	(82)	303
Total		3.868	1.653	(743)	4.778

	Taxas anuais	2020					Líquido
		Líquido	Aquisição	Transferência	Baixas	Amortização	
Pesquisa e desenvolvimento	-	6.541	550	(329)	(3.201)	-	3.561
Software	20%	37	23	329	-	(82)	307
Total		6.578	573	-	(3.201)	(82)	3.868

13. Direito de uso e passivos de arrendamento

A Companhia possui operações de arrendamento de ativos, tais como imóveis e máquinas.

O prazo médio dos contratos de locação de imóveis é de três anos; porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos são atualizados por uma taxa de 1,35% ao mês.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições, não contendo cláusulas restritivas e os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear, baseada no período do contrato. A vida útil será reavaliada periodicamente de forma a capturar alterações nas intenções de continuidade do arrendamento seja por questões estratégicas ou por intenção do locador.

Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, mediante a ressarcimentos previstos em contrato, o entendimento da Companhia é que esses contratos devem ser tratados como arrendamento mercantil, registrando a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento.

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

	Direito de uso
Em 31 de dezembro de 2020	-
Adições	6.952
Baixas	(1.836)
Em 31 de dezembro de 2021	5.116

A vida útil estimada dos ativos é de três anos.

Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de aproximadamente 5%, variando de acordo com o prazo de cada contrato, e possuem a composição a seguir.

Em 31 de dezembro de 2021, a movimentação dos passivos de arrendamento mercantil é:

Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2020	
Adições	6.952
Apropriação de juros	234
Amortização do principal	(2.070)
Em 31 de dezembro de 2021	
	5.116

14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e corresponde em média 85 dias de prazo médio de pagamento em 31 de dezembro de 2021 (77 dias de prazo médio em 31 de dezembro 2020).

	2021	2020
Cessão de fornecedores	20.834	-
Fornecedores nacionais	58.743	13.254
Fornecedores estrangeiros	54.355	32.612
Total	133.932	45.866

15. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	2021	2020
Debênture (a)	16,79%	64.827	71.675
Capital de giro (b)	6,29% a 28,97%	139.217	116.336
Finame (c)	5,50% a 21,25%	280	869
Leasing	16,46%	4.162	5.096
BNDES (d)	7,00% a 12,72%	8.781	11.504
Empréstimos internacionais (e)	6,06% a 24,19%	40.401	12.043
Desconto de duplicatas	16,07% a 33,49%	16.951	7.755
Custo de captação	-	(5.307)	(3.814)
Total		269.312	221.464
Circulante		235.689	128.995
Não circulante		33.623	92.469

(a) Debênture

Em 06 de fevereiro de 2018, a Companhia realizou a 1ª (primeira) Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, com prazo de vencimento em 20 de maio de 2020 no valor total de R\$ 50.000, e remuneração de CDI + 5%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures foram destinados ao fomento das atividades de fornecimento de fertilizantes e/ou defensivos agrícolas para produtores do agronegócio. A emissão foi quitada em fevereiro de 2019.

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia realizou a 2ª (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R\$ 100.000, e remuneração de CDI + 3,8%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados a liquidação antecipada de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora.

Em 17 de março de 2022, a Companhia obteve a dispensa por descumprimento das obrigações contratuais contidas nas cláusulas de restrição financeira (*covenants*) e possui os seguintes vencimentos:

	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	11.202	14.300	17.875	21.450	64.827

(b) Capital de giro

Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio.

A Companhia possui Crédito Direto ao Consumidor (CDC) – Veículos e Cédula de Crédito Bancário (CCB), sendo condições padrões e usuais de CCB indexadas a CDI/Selic, pagamento de principal e juros mensais/trimestrais ou semestrais, dependendo do contrato.

A Companhia possui também Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA), papéis de renda fixa lastreadas em operações de crédito do setor de agronegócio com remuneração entre 6,80% a.a. e 11,17% a.a.

(c) Finame

Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame) possuem encargos financeiros equivalentes a taxas prefixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) somados a um “spread” fixo.

O prazo médio de amortização dos contratos desta modalidade é de 12 meses, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidas nos contratos

(d) Projeto Inova Agro – BNDES

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de **(i)** financiar o projeto para “Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agronômica” dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari – PR, e **(ii)** a aquisição de máquinas e equipamentos

(e) Empréstimos e financiamentos internacionais

O empréstimo obtido das instituições financeiras na modalidade de Finimp, tem por objetivo o financiamento das mercadorias adquiridas através de fornecedores internacionais, otimizando o fluxo de caixa operacional da Companhia.

Os valores de empréstimos e financiamentos internacionais foram tomados em dólares americanos.

O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de seis meses, sendo condições de amortização e juros conforme definidos nos contratos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada abaixo:

	2021	2020
Saldo inicial	261.658	221.464
Captações	146.952	133.241
Juros incorridos	18.969	25.588
Amortização principal	(184.934)	(88.189)
Pagamento de juros	(17.367)	(20.372)
Custo de captação	(3.814)	(2.420)
Saldo final	221.464	269.312

Garantias

As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, hipotecas, notas promissórias, aplicações financeiras e cessão fiduciária de recebíveis.

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

Os contratos de financiamento classificados como debêntures (item (a)) estavam sujeitos a *covenants* financeiros.

A Companhia obteve *waiver* por descumprimento das obrigações contratuais contidas nos *covenants* financeiros relativos à segunda emissão, a qual foi concedida por meio de ata lavrada em 03 de dezembro de 2020.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não havia obtido o *waiver*, portanto os valores das debêntures tiveram seus saldos reclassificados para o curto prazo

16. Obrigações tributárias

	2021	2020
ICMS	2.354	408
IRRF	21	-
Outras obrigações tributárias	212	234
Total	2.587	642

17. Adiantamento de clientes

A Companhia possui contratos com clientes negociados na modalidade de pagamento antecipado. O intuito é garantir o fornecimento do produto, em caráter prioritário, mediante a demanda dos clientes.

O saldo registrado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 118.099 (R\$ 58.362 em 31 de dezembro de 2020) e refere-se a antecipações para o período de safra que se inicia no período de junho a dezembro, encerrando o ciclo com a emissão de todas as notas fiscais mediante a entrega dos produtos.

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	350	1.225	1.575
Adição	756	847	1.603
Reversão	-	(1.251)	(1.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.106	821	1.927
Adição	-	820	820
Reversão	-	(1.345)	(1.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.106	296	1.402

A Companhia é parte passiva de 11 causas (07 causas em 31 de dezembro de 2020) cíveis com risco de perda possível que alcança R\$ 10.244 (R\$ 7.088 em 31 de dezembro de 2020), cuja principais causas são as seguintes:

- i) Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31 de dezembro de 2021 no valor estimado de R\$ 3.511 (R\$ 3.544 em 31 de dezembro de 2020);
- ii) Demais processos referentes a questionamentos comerciais na venda de fertilizantes que se somam em R\$ 6.733 (R\$ 3.534 em 31 de dezembro de 2020), classificados como risco possível de perda em 31 de dezembro de 2021.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$70.000 e está representado por 9.081.969 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal

Em 6 de dezembro de 2021 a Controladora da Companhia, Superbac Biotechnology celebrou um acordo de reorganização, no qual a Bio Genesis transfere à Superbac 2.132.131 ações representativas de 23,48% do capital total e votante da Fertilizantes para a quitação de certas dívidas da Bio Genesis.

Com a concretização da cessão e da transferência dessas ações, a Superbac passou a ser titular de 9.081.969 ações, representativas de 100% do capital social total e votante da Fertilizantes assim distribuídas:

Acionistas	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Superbac Biotechnology Solutions S.A.	9.081.969	100%	6.949.838	76,52%
Bio Gênesis Participações S.A.	-	-	2.132.131	23,48%
Total	9.081.969	100%	9.081.969	100%

b) Reserva legal

Conforme a Lei da Sociedade por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

c) Reserva de lucro

O percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação para a “reserva de reinvestimentos”, que tem como objetivo, reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

d) Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei da Sociedade por Ações.

Em função da ausência de lucro acumulado em 2020 e 2021 não houve constituição de reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos.

19.1. Lucro líquido por ação (básico e diluído)

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	(282)	34.632
Quantidade de ações	9.081.969	9.081.969
Lucro (prejuízo) por ação (básico e diluído) – R\$	(0,03)	3,81

20. Receita

	2021	2020
Receita bruta		
Vendas de produtos	779.116	371.546
Valor presente	(31.594)	(20.696)
Receita bruta ajustada	747.522	350.850
Deduções de vendas:		
Impostos sobre vendas	(28.442)	(12.133)
Devoluções	(18.446)	(8.335)
Receita líquida	700.634	330.382

21. Demonstração dos custos e despesas por natureza

	2021	2020
Mercadorias	(471.445)	(201.351)
Despesa e custo com pessoal	(35.158)	(30.648)
Despesa e custo com serviços de terceiros	(40.083)	(39.734)
Despesa e custo com fretes	(39.686)	(23.242)
Despesa com comissão	(35.321)	(14.814)
Despesa e custo com manutenção	(12.793)	(12.071)
Depreciação e amortização	(11.636)	(8.915)
Despesas e custos de consumíveis	(19.259)	(4.589)
Despesas e custos de energia elétrica	(6.794)	(3.561)
Despesas e custos de viagens	(827)	(2.367)
Clientes não cobráveis	(5.784)	(7.770)
Despesas e custos com veículos	(312)	(476)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(352)	(351)
Perdas de crédito esperadas	6.036	40.175
Ganho na alienação do investimento	-	21
Valor justo da propriedade para investimento	5.213	28.543
Outras receitas (despesas)	(8.449)	4.072
Total	(676.650)	(277.078)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(554.272)	(255.982)
Despesas com vendas	(94.052)	(24.470)
Despesas gerais e administrativas	(33.388)	(24.965)
Outras (despesas) receitas, líquidas	5.062	28.339
Total	(676.650)	(277.078)

22. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	2.141	589
Ajuste a valor presente	29.744	19.515
Juros recebidos	3.014	10.944
Derivativos	5.862	2.616
Outras receitas financeiras	403	672
Total	41.164	34.336
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.588)	(18.969)
Juros passivos	(9.897)	(1.288)
Remuneração com fiadores	(329)	(329)
Despesas bancárias	(3.550)	(3.384)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(1.751)	(1.650)
Descontos concedidos	(9.656)	(3.098)
Derivativos (perda)	(10.685)	(2.468)
Outras despesas financeiras	(101)	(50)
Total	(61.557)	(31.236)
Variação cambial		
Ganhos	3.746	3.323
Perdas	(11.875)	(12.107)
Variação cambial, líquida	(8.129)	(8.784)
Total do resultado financeiro	(28.522)	(5.684)

23. Imposto de renda e contribuição social

a) Diferidos

As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	22.467	16.833
Decorrentes de diferenças temporárias:		
Provisão para perdas de créditos esperadas	10.396	12.448
Ajuste a valor presente	3.097	2.468
Provisão de contingências	477	655
Provisões diversas	4.676	573
Valor justo de propriedade para investimento	(11.477)	(9.705)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	29.636	23.272

b) Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020	Adição	Baixa	2021	Impacto resultado
IR diferido ativo	23.272	13.898	(7.534)	29.636	6.364

	2019	Adição	Baixa	2020	Impacto resultado
IR diferido ativo	33.863	2.668	(13.259)	23.272	(11.596)

Com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, a Companhia demonstra para 31 de dezembro de 2021 que o imposto de renda e contribuição social diferido ativo, o qual prevê a seguinte realização:

2022	5.965
2023	8.563
2024	7.939
Total	22.467

c) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2021 e 2020.

A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.538)	47.620
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.543	(16.191)
Efeito das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Outras diferenças permanentes	2.713	3.203
Despesa de imposto de renda e contribuição social	4.256	(12.988)
Correntes	(2.108)	(1.442)
Diferidos	6.364	(11.546)
Total	4.256	(12.988)
Alíquota efetiva	(94%)	27%

24. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores financeiros dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Instrumento financeiro	Classificação	2021	2020
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	45.202	47.089
Aplicações financeiras	Custo amortizado	17.265	6.393
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	124.417	114.733
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	16.124
Total		186.884	184.339
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	133.932	45.866
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	68.896	100.303
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	269.312	221.464
Instrumentos Financeiros	Valor Justo ORA	2.499	1.197
Outras contas a pagar	Custo amortizado	16.755	4.763
Total		461.395	362.304

Risco de crédito

A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos.

Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como políticas, comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco da taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia são remunerados pela CDI e taxas pré-fixadas.

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	45.202	47.089
Aplicação financeira	17.265	6.393
Crédito com partes relacionadas	-	16.124
Empréstimos e financiamentos	(269.312)	(221.464)
Total	(206.845)	(151.858)

Análise de sensibilidade

A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexadas à variação da taxa CDI demonstrados a seguir.

Instrumento de taxa variável	Dez/2021	Impacto no resultado e patrimônio líquido	
		Cenário I	Cenário II
		25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	45.202	947	1.895
Aplicação financeira	17.265	362	724
Empréstimos e financiamentos	(269.312)	(3.435)	(6.871)
Total	(206.845)	(2.126)	(4.252)

Instrumento de taxa variável	Dez/2020	Impacto no resultado e patrimônio líquido	
		Cenário I	Cenário II
		25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	47.089	871	1.741
Aplicação financeira	6.393	362	724
Crédito com partes relacionadas	16.124	26	52
Empréstimos e financiamentos	(221.464)	(3.364)	(6.727)
Total	(151.858)	(2.105)	(4.211)

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US\$).

A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US\$) é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Fornecedores estrangeiros	54.355	32.612
Empréstimos e financiamentos	40.401	12.043
Exposição líquida	94.756	44.655

Análise de sensibilidade

	Impacto no resultado e patrimônio líquido		
	Dez/21	Cenário I	Cenário II
		25%	50%
Fornecedores estrangeiros	54.355	(13.589)	(27.178)
Empréstimos e financiamentos	40.401	(10.100)	(20.201)
Exposição líquida	94.756	(23.689)	(47.379)

	Impacto no resultado e patrimônio líquido		
	Dez/20	Cenário I	Cenário II
		25%	50%
Fornecedores estrangeiros	32.612	(8.153)	(16.306)
Empréstimos e financiamentos	12.043	(3.011)	(6.022)
Exposição líquida	44.655	(11.164)	(22.328)

Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição à moeda estrangeira. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para mitigar a exposição cambial decorrente de compras de matérias-primas em dólares norte-americanos. Esses contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados pelo valor justo e estão resumidos a seguir:

	2021	2020
Contratos NDF	2.499	1.196
Contratos SWAP		1
Passivos financeiros derivativos	2.499	1.197

A eficácia da cobertura é determinada no início da relação de cobertura e em cada final de período de relato através da avaliação dos itens cobertos e do instrumento de cobertura para determinar se ainda existe uma relação econômica entre os dois.

Os termos críticos dos *forwards* de moeda estrangeira contratados correspondem exatamente aos termos do item coberto. Assim, a relação econômica e a efetividade do *hedge* são baseadas em fatores qualitativos e no uso de um derivativo hipotético quando apropriado.

A ineficácia do *hedge* pode surgir quando os termos críticos da transação prevista não atendem mais aos do instrumento de *hedge*, por exemplo, se houver uma mudança no momento das transações de vendas previstas em relação ao que foi inicialmente estimado ou se o volume de moeda no *hedge* item ficou abaixo das expectativas, levando a *over-hedging*.

Os itens cobertos e o instrumento de cobertura são denominados na mesma moeda, pelo que o rácio de cobertura é sempre de um para um.

Todos os instrumentos financeiros derivativos utilizados para contabilização de *hedge* são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e reportados posteriormente pelo valor justo no balanço patrimonial.

Na medida em que o *hedge* seja efetivo, as variações no valor justo dos derivativos designados como instrumentos de *hedge* em *hedges* de fluxo de caixa são reconhecidas em outros resultados abrangentes e incluídas na reserva de *hedge* de fluxo de caixa no patrimônio líquido. Qualquer ineficácia na relação de *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado.

No momento em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, qualquer ganho ou perda anteriormente reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado do patrimônio líquido para o resultado e apresentado como um ajuste de reclassificação em outros resultados abrangentes.

Se uma transação prevista não for mais esperada, qualquer ganho ou perda relacionado reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para o resultado. Se a operação de *hedge* deixar de atender às condições de efetividade, a contabilidade do *hedge* é descontinuada, e o ganho ou perda relacionado é mantido na reserva de patrimônio até que a transação prevista ocorra.

Outros contratos de câmbio são considerados pela administração como parte de acordos de *hedge*, mas não foram formalmente designados.

As seguintes movimentações na reserva de *hedge* de fluxo de caixa referem-se ao risco cambial decorrente da compra de matéria-prima e financiamento de maquinário.

Hedge de fluxo de caixa

Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
Movimentação no valor justo do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em outros resultados abrangentes	(988)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(988)

Posição em 2021:

Operação	Data de vencimento	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM (BRL)
NDF	Junho de 2022	BRL	USD	Banco do Brasil	2.049	(351)
NDF	Julho de 2022	BRL	USD	Banco CCB	2.207	(36)
NDF	Março de 2022	BRL	USD	Banco Daycoval	2.284	(681)
NDF	Abril de 2022	BRL	USD	Banco Itaú	6.146	(443)
NDF	Fevereiro de 2022	BRL	EUR	Banco Itaú	9.458	(988)
Total					22.144	(2.499)

Posição em 2020:

Operação	Data de vencimento	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM (BRL)
NDF	Abr. 2021	BRL	USD	Banco do Brasil	1.310	(231)
NDF	Mar. 2021	BRL	USD	Banco Itaú	1.191	(464)
NDF	Mar. 2021	BRL	USD	Banco CCB	4.953	(501)
Swap	Jan. 2021	PRÉ	CDI	Banco ABC	1.758	(1)
Total					9.212	(1.197)

25. Eventos subsequentes

Obrigações contratuais

A Companhia obteve a autorização (*waiver*) para o não atendimento das obrigações contratuais constantes nas cláusulas de restrição financeira (*covenants*) da segunda emissão em 17 de março de 2022. Será cobrada uma taxa no valor total de R\$ 2.027.

As parcelas têm as seguintes datas de vencimento:

	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	11.202	14.300	17.875	21.450	64.827

Conflito entre a Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, teve início o conflito armado da Rússia e Ucrânia, o que pode resultar em impactos nas operações da Companhia, uma vez que a Companhia importa matéria-prima da Rússia, como o Potássio.

A Rússia é um importante exportador de matéria prima, mas nosso maior volume de importação não depende desse país. O risco ainda eminente é a redução da oferta de matéria-prima no mundo, o que pode se refletir em aumento de preços e em possíveis impactos cambiais. A Companhia já possui garantido um grande volume de estoque e vem trabalhando fortemente para garantir o volume necessário para a demanda das safras futuras, mantendo, assim, a rentabilidade para sua operação e, conseqüentemente, não gerando grandes impactos nas operações da Companhia.

Captação de recursos

Durante o ano de 2022, até a data de emissão desse relatório, a controlada Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. captou empréstimos no montante de R\$ 347.742 junto às seguintes instituições: Banco Itaú R\$ 57.059, Banco Money Plus R\$ 69.106, Banco Tricury R\$ 20.000, Banco XP R\$ 30.222, Banco do Brasil R\$ 107.407 e outros R\$ 63.946. Esses valores foram captados com o intuito de cobertura do capital de giro da Companhia.

* * *